



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIX Nº 111 QUINTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2014

BRASÍLIA - DF

## MESA DO SENADO FEDERAL \*

**PRESIDENTE**  
Renan Calheiros - (PMDB-AL)  
**1º VICE-PRESIDENTE**  
Jorge Viana - (PT-AC)  
**2º VICE-PRESIDENTE**  
Romero Jucá - (PMDB-RR)  
**1º SECRETÁRIO**  
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)  
**2ª SECRETÁRIA**  
Angela Portela - (PT-RR)

**3º SECRETÁRIO**  
Ciro Nogueira - (PP-PI)  
**4º SECRETÁRIO**  
João Vicente Claudino - (PTB-PI)  
**SUPLENTE DE SECRETÁRIO**  
1º - Magno Malta - (PR-ES)  
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)  
3º - João Durval - (PDT-BA)  
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

\* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

## LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Maioria</b> <b>(PMDB/PP/PSD/PV) - 26</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Eunício Oliveira - Bloco</b> (66,68)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PMDB - 19</b> <b>Eunício Oliveira</b> (66,68)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (104) Romero Jucá (40,105) Vital do Rêgo (107)</p> <p><b>Líder do PP - 5</b> <b>Francisco Dornelles</b> (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p><b>Líder do PSD - 1</b> <b>Sérgio Petecão</b> (84,87)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Paulo Davim</b> (76)</p>	<p><b>Bloco de Apoio ao Governo</b> <b>(PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB) - 23</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - Bloco</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,99) Inácio Arruda (89,94,115,127) Marcelo Crivella (36,120,128)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 13</b> <b>Humberto Costa</b> (116,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,103) Anibal Diniz (25,102) Paulo Paim (101) Eduardo Suplicy (100)</p> <p><b>Líder do PDT - 6</b> <b>Acir Gurgacz</b> (49,55,70,99)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 2</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (1,91,117)</p> <p>Vice-Líder do PCdoB Inácio Arruda (89,94,115,127)</p> <p><b>Líder do PSOL - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,75)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Marcelo Crivella</b> (36,120,128)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar da Minoria</b> <b>(PSDB/DEM/SD) - 17</b></p> <p><b>Líder</b> Vice-Líderes Mário Couto (34,61,123) Jayme Campos (28,106,110,124) Alvaro Dias (73,122)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira</b> (7,62,113)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (77) Alvaro Dias (73,122) Paulo Bauer (5,35,72,78)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>José Agripino</b> (2,10,14,44,46,74)</p> <p><b>Líder do SD - 1</b> <b>Vicentinho Alves</b> (42,54,71,111)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar União e Força</b> <b>(PTB/PR/PSC) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Gim - Bloco</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líder Alfredo Nascimento (41,63)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 6</b> <b>Gim</b> (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes do PTB João Vicente Claudino (125) Mozarildo Cavalcanti (57,126)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Alfredo Nascimento</b> (41,63)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p><b>Líder do PSC - 0</b></p>	<p><b>Governo</b> <b>Líder</b> <b>Eduardo Braga - Governo</b> (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p><b>PSB - 4</b> <b>Líder</b> <b>Rodrigo Rollemberg - PSB</b> (65,98)</p> <p>Vice-Líder Lídice da Mata (29,38,83,129)</p> <p><b>PROS - 1</b> <b>Líder</b> <b>Ataídes Oliveira - PROS</b> (96,108,114)</p>

## EXPEDIENTE

<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p><b>Florian Augusto Coutinho Madruga</b> Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p><b>José Farias Maranhão</b> Coordenador Industrial</p>	<p><b>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho</b> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p><b>Rogério de Castro Pastori</b> Diretor da Secretaria de Atas e Diários</p> <p><b>Zuleide Spinola Costa da Cunha</b> Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

<b>1 – ATA DA 111ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE JULHO DE 2014</b> .....	5
1.1 – ABERTURA.....	5
1.2 – EXPEDIENTE.....	5
<b>1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação</b>	
<b>1.2.1.1 – Requerimento</b>	
Nº 718/2014, de autoria do Senador Kaká Andrade, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Corpo de Bombeiros de Sergipe. ....	5
<b>1.2.1.2 – Comunicação</b>	
Da Liderança do DEM na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Petrobras ( <b>Ofício nº 245/2014</b> ). <i>Designação do Deputado Onyx Lorenzoni, como titular, e do Deputado Rodrigo Maia, como suplente, para comporem a referida Comissão.</i> .....	6
<b>1.2.2 – Discursos do Expediente</b>	
SENADOR JORGE VIANA – Registro de publicação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) sobre o desempenho dos parlamentares e satisfação pela inclusão de S.Exª entre os cem parlamentares mais influentes do Congresso Nacional; e outros assuntos.....	6
SENADOR KAKÁ ANDRADE – Congratulações ao Corpo de Bombeiros do estado de Sergipe por sua atuação após desabamento de prédio ocorrido em Aracaju.....	13
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apoio à posição do governo brasileiro em relação às ações do governo de Israel e críticas aos ataques direcionados à Palestina. ....	14
<b>1.2.3 – Comunicação da Presidência</b>	
Adoção, pela Srª Presidente da República, em 25 de julho de 2014, e publicação em 28 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 652/2014, que <i>cria Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional</i> . Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria ( <b>Ofício nº 69/2014-BLUFOR</b> ). ..	17
<b>1.2.4 – Mensagem da Presidente da República</b>	
Nº 214/2014, na origem, encaminhando as razões do Veto Parcial nº 20/2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 90/2013. <i>Constituição da Comissão Mista destinada a emitir relatório sobre o referido Veto.</i> .....	18
<b>1.2.5 – Ofício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização</b>	
Nº 129/2014, solicitando a alteração dos prazos de tramitação dos Projeto de Lei nºs 10 e 11/2014-CN. <i>Estabelecimento de novo calendário para tramitação da matéria.</i> .....	28
<b>1.2.6 – Comunicação da Presidência</b>	
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 59/2014 .....	28
<b>1.3 – ENCERRAMENTO</b> .....	28

### SENADO FEDERAL

#### **2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação .....	29
Bancadas dos Partidos .....	30
Por ordem alfabética .....	31

#### **3 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL** .....

#### **4 – LIDERANÇAS** .....

#### **5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO** .....

#### **6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS**.....

#### **7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos .....	50
CAS – Comissão de Assuntos Sociais.....	59
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	62
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte.....	69

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	75
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa .....	85
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional .....	93
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.....	102
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	110
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária .....	117
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática .....	122
CSF – Comissão Senado do Futuro.....	125

## **8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17/1993).....	126
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20/1993) .....	127
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40/1995) .....	128
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9/2013).....	128
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1/2005).....	128
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2/2001).....	129
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35/2009).....	131
Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14/2010) .....	133
Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42/2010) .....	135
Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15/2012).....	137
Conselho da Comenda Dorina Gouveia Nowill (Resolução nº 34/2013).....	139
Conselho da Comenda Senador Abdias Nascimento (Resolução nº 47/2013) .....	141

## **CONGRESSO NACIONAL**

### **9 – COMISSÕES MISTAS**

CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1/2006) .....	143
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4/2008).....	151
Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – Fipa (Resolução nº 2/2007).....	155
CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883/1999).....	156
CMCVM – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (Resolução nº 1/2014).....	157
CMCPLP – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Re- solução nº 2/2014) .....	158
Comissões Mistas Especiais.....	159
Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito .....	163

### **10 – CONSELHOS E ÓRGÃO**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70/1972) .....	168
Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389/1991) .....	169
Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1/2011).....	173

# Ata da 111ª Sessão, Não Deliberativa, em 30 de julho de 2014

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Fleury e Kaká Andrade*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 25 minutos e encerra-se às 15 horas e 31 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Eu queria cumprimentar os dois colegas Senadores que estão aqui: o Senador Fleury, do Estado de Goiás, e o Senador Kaká Andrade, do Estado de Sergipe. Daqui a pouco, o Senador Cristovam está chegando também, o nosso colega do Distrito Federal.

Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela TV e pela Rádio Senado.

É uma satisfação poder abrir a sessão do Senado Federal nesta quarta-feira, à tarde.

A Presidência comunica ao Plenário que há Expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, ele vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

## REQUERIMENTO

### REQUERIMENTO Nº 718, DE 2014

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja aprovado voto de aplauso ao Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, pelo trabalho de resgate das vítimas do desmoronamento do prédio da Rua Poeta Sales, Bairro Coroa do Meio, Aracaju – SE, ocorrido no dia 19 de julho de 2014.

Requeiro, também, que uma vez votado e aprovado o presente Requerimento, disso seja dada notícia ao homenageado, via comunicação oficial do Senado Federal.

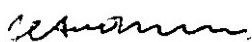
### Justificação

O trabalho empreendido pelas equipes do Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe foi fundamental e imprescindível para o resgate da família que ficou soterrada no desmoronamento, composta por Josevaldo da Silva, de 34 anos, que trabalhava na obra e ali passava a noite com a mulher Vanice de Jesus, de 31 anos, a filha Ane Gabrieli, de 8 anos, e o bebê Ítalo Miguel, com onze meses de vida.

Estas quatro pessoas chegaram a ser resgatadas com vida, mas infelizmente o bebê veio a falecer enquanto era transportado para o Hospital.

Foi um trabalho heroico que se estendeu por mais de 30 horas ininterruptamente, e que foi acompanhado em tempo real pelos meios de comunicação.

Sala de Sessões,



**Senador KAKÁ ANDRADE**  
**PDT/SE**

*(Encaminhe-se)*

**COMUNICAÇÃO**

Ofício nº 245-L-Democratas/14

Brasília, 30 de julho de 2014

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Onyx Lorenzoni e Rodrigo Maia permutam as vagas de titular e suplente, respectivamente, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar irregularidades envolvendo a empresa Petroleo Brasileiro S/A (Petrobras), ocorridas entre os anos de 2005 e 2014 e relacionadas à compra da Refinaria de Pasadena, no Texas (EUA); ao lançamento de plataformas inacabadas; ao pagamento de propina a funcionário da estatal; e ao superfaturamento na construção de refinarias.

Respeitosamente, – Deputado **Mendonça Filho**, Líder do Democratas.

*(Serão feitas as substituições solicitadas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Hoje, nós temos uma sessão não deliberativa, ou seja, uma sessão em que nós podemos fazer uso da tribuna. Como estavam inscritos alguns colegas que não estão presentes, eu queria passar esta Presidência ao Senador Fleury, do Estado de Goiás, o nosso colega com quem eu estava conversando aqui ainda há pouco e que tem uma história de vida muito bonita e impressionante. Eu queria, em homenagem a ele, passar a Presidência dos trabalhos para ele, para que eu possa, como orador inscrito, fazer uso da tribuna. Em seguida, o Senador Kaká Andrade, que também fará uso da tribuna.

Eu vou passar a Presidência, já incluindo o meu tempo de uso da tribuna, mas a equipe vai me auxiliar para que o meu tempo possa ser prorrogado, de acordo com a necessidade, já que nós temos um número pequeno de oradores.

Então, é um prazer, mais uma vez. Cumprimento todos.

Como orador inscrito, vou fazer uso da tribuna e passo para o Senador Fleury a Presidência desta sessão.

*O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Fleury.*

**O SR. PRESIDENTE** (Fleury. Bloco Minoria/DEM – GO) – Passo a palavra ao Senador Jorge Viana.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, queria cumprimentá-lo e dar-lhe as boas-vindas ao Senado Federal.

Eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

E eu venho à tribuna hoje para me referir a dois aspectos, a dois assuntos especificamente: um, à publicação que nós acabamos de receber, no dia de ontem, que é uma avaliação externa feita ao trabalho que desenvolvemos aqui, no Senado Federal. É feita por uma instituição da maior respeitabilidade, que é o Diap.

O Diap, há anos, faz avaliação do desempenho dos Senadores, das Senadoras, dos Deputados Federais e das Deputadas Federais. E ele o faz de maneira criteriosa, tentando avaliar o desempenho de cada um. Aqui são várias as funções que um Parlamentar pode desempenhar, desde uma articulação política até uma ação mais legislativa e também a de debatedor. Quero pedir desculpas a todos que me acompanham pela falta de modéstia, mas quero registrar e agradecer o privilégio de estar, pelo quarto ano seguido, nessa lista dos 100 Cabeças do Congresso.

Não estou, com isso, querendo me colocar à frente de ninguém, já que somos todos iguais. Cada Estado tem três Senadores, e os Senadores aqui têm o mesmo peso, independentemente de eu estar temporariamente, graças ao voto dos meus colegas, graças à confiança da minha Bancada, ocupando a Vice-Presidência do Senado, que vai completar dois anos agora, em fevereiro do próximo ano. Com pouco mais de um ano aqui no Senado, eu tive o privilégio de ser indicado pela minha Bancada, do PT, e pelo Plenário da Casa para, junto com o Presidente Renan e mais alguns colegas da Mesa Diretora, dividir a responsabilidade de presidir a Mesa Diretora do Senado Federal.

Para mim, é uma honra muito grande estar entre os 100 Parlamentares que, de alguma maneira, são identificados como expoentes na condução dos trabalhos aqui, no Senado. “Os 100 Cabeças do Congresso”, neste ano, por exemplo, incluíram 63 Parlamentares da Câmara dos Deputados e 37 Senadores. Somando os 513 Parlamentares da Câmara e os 81 do Senado, são 594 Parlamentares. O Diap faz um apanhado dos 100 Parlamentares que, de alguma maneira, na visão e nos critérios que aplica, são identificados como os 100 Cabeças do Congresso.



Novamente pedindo desculpas pela falta de modéstia, eu queria agradecer a Deus, agradecer a confiança do povo do Acre e dizer que isso serve como estímulo para que eu siga trabalhando. Eu só quero uma coisa: representar bem o povo do Acre, o povo da Amazônia, e desempenhar bem a função política que me foi confiada pelo voto popular dos acrianos.

Eu sei que a política vem sendo satanizada, vem sendo questionada, e não sem razão; ao contrário, é muito complicado hoje exercer um mandato político, porque a classe política, inclusive, não faz seu dever de casa. A reforma política não sai, não saiu, vamos ter uma eleição nova com regras velhas, e a influência do dinheiro será tão grande ou maior do que na última eleição. Os processos e as denúncias vão se multiplicar exponencialmente. Para serem bem-sucedidos, alguns podem fazer opção – e fazem – por ter um banco e uma banca: um banco para ter o financiamento; e uma banca de advogados para fazer a defesa. Isso é muito ruim para o Congresso, muito ruim para a democracia.

Eu trabalhei em propostas para a reforma política, em propostas para eliminar a influência do dinheiro nas eleições. Nada disso frutificou aqui no Congresso. Eu lamento. E o certo é que o Brasil terá uma nova eleição, com regras velhas, e a política corre o risco de seguir se desmoralizando, o que é muito ruim para a democracia, porque a democracia representativa tem de ser fortalecida.

Mas como vamos ter uma democracia fortalecida num país que tem 30 partidos? Como vamos ter a respeitabilidade resgatada do exercício do mandato parlamentar se há uma desmoralização da atividade política, não só pelos maus exemplos de alguns, mas também pela falta de transparência? Não é possível que um país como o Brasil tenha que ter 30 partidos políticos para que todos possam se sentir razoavelmente contemplados do ponto de vista de suas opções políticas. Isso não tem cabimento, é óbvio. Há países do mundo em que há o bipartidarismo. Eu não estou pregando aqui o bipartidarismo, mas será que não é um exagero ter 30? E o mais grave é que há outros 30 se credenciando para se oficializarem como partido político.

Nós vamos para onde? Uma boa parcela desses partidos políticos está se legalizando, cumprindo as metas, as barreiras que a legislação impõe para fazer negócio no tempo da televisão, para ter acesso ao fundo partidário. E isso é algo que impõe uma precariedade à atividade política e que colabora para que ela siga se desmoralizando.

Eu não conheço atividade... São poucas as atividades tão nobres quanto a da política. Obviamente, a atividade de um médico ou de um professor é muito importante. Mas a atividade política não é menos importante. Se ela é exercida com honradez, com honestidade, se é exercida com bons propósitos, ela promove transformações na vida das pessoas, de uma cidade, de um Estado, de um país. Nosso País está fazendo a opção pela desmoralização de uma atividade que é fruto da conquista da redemocratização.

E penso que boa parte da responsabilidade pelo desprestígio que a classe política vive hoje é da classe política. Não se faz a reforma política, não se quer mudar as regras do jogo porque alguns que têm mandato no Congresso entendem que, se as regras mudarem, eles serão os mudados. Ou seja, alguns não fazem a reforma política com medo de perder a conquista de um novo mandato.

Há gente que parece que se acostumou em ser Parlamentar, em ser Congressista, vive disso. E a política, para mim, não pode ser um negócio, muito menos um negócio misturado com o econômico. A política tem que ser uma opção de vida, tem que ser uma causa de vida.

E, dentro dessa avaliação, eu agradeço muito. Sou novato aqui. Fui Prefeito de Rio Branco por quatro anos, Governador do Acre por oito anos. Foram os cargos públicos que ocupei. Fui eleito Senador e tenho este mandato como um novo desafio na minha vida. E, graças a Deus, a divulgação da lista do Diap de “Os 100 Cabeças do Congresso” serve como estímulo para que eu me dedique ainda mais para corresponder à expectativa que o povo acriano depositou em mim quando me fez Senador.

Como não sou candidato nesta eleição, o papel que pretendo desempenhar é o de ajudar. Ajudar o Acre a ter bons representantes, seja na Câmara, no Senado ou na Assembleia Legislativa, ajudar o Governador Tião Viana a ter a renovação do seu mandato, para que possa concluir o seu trabalho. E ajudar, obviamente, a Presidenta Dilma a ser reeleita, a seguir com sua obra, com o seu trabalho, para que o Brasil siga mudando, para que o Brasil siga vivendo as boas mudanças.

Eu sou uma pessoa sempre precavida. Em alguns aspectos, até conservador. O seguro morreu de velho; na dúvida, prefiro a certeza. Hoje, o Brasil, depois da eleição do Presidente Lula e agora com a Presidenta Dilma, experimenta mudanças importantes.

Eu posso dizer aqui que – daqui a pouco vou fazer a leitura de alguns dados que comparam bem – esta eleição está caminhando para um enfrentamento meio polarizado entre nós do PT, nós que defendemos o Governo da Presidenta Dilma, e eles, que estão hoje representados pela candidatura do PSDB, a quem eu respeito, o Senador Aécio Neves é um colega, e a do nosso ex-aliado, Eduardo Campos.

Mas, é bom que se diga, no fundo, somos nós, que queremos que o Brasil siga mudando, siga experimentando as boas mudanças, e eles. E eu não consigo visualizar direito que propostas eles têm porque, depois de doze anos de oposição, eu não consegui ver um projeto da oposição para o nosso Governo, alternativa ao nosso Governo. E eu chamo isso de “a dúvida”.

A certeza, com a Presidente Dilma reeleita, é que ela também vai ter de fazer – e é uma cobrança nossa – mudanças, ela tem de fazer correções de rumo, ela tem de fazer ajustes, tem de haver mudanças, inclusive de comportamento, para que a população brasileira siga confiando a ela os destinos da Nação e do nosso povo.

Não tenho dúvida de que a Presidenta Dilma, que ajudou tanto o Presidente Lula, que se esforçou tanto nesses três anos e meio de mandato, tem as credenciais, as condições para fazer um governo ainda melhor, caso venha a ser reeleita neste ano de eleições. Também não tenho nenhuma dúvida de que seu segundo mandato será muito melhor do que o primeiro, como foi com o Presidente Lula. A Presidenta Dilma enfrentou uma crise econômica muito grande, que afetou a maior economia do mundo, os Estados Unidos, afetou a China, que reduziu seu crescimento, e feriu de morte a Europa, que tenta se reerguer. Então, se os Estados Unidos, a China, o Japão e a Europa sentiram o peso da crise, como o nosso País não iria sentir? Mas não é nada parecido com o que tentam pregar. Tentam colocar na conta do nosso Governo a responsabilidade por um crescimento que países similares ao nosso não estão alcançando. Tentam colocar em nosso Governo o que não alcançaram quando estavam no governo.

Vou ler alguns números.

Ontem, estive em São Paulo conversando demoradamente com o Presidente Lula. Fiz agora uma postagem na minha *fan page*: nada como, às vésperas de uma eleição, conversar com um mestre da política, com uma pessoa que, independentemente de posição partidária, política, conseguiu – todos temos de reconhecer – promover mudanças no País. O País conseguiu crescimento econômico, redução do desmatamento, inclusão social. O País conseguiu se firmar diante do mundo como uma grande nação. Agora, graças ao Lula também, sediou a Copa do Mundo, um dos eventos de maior audiência do Planeta, vai sediar as Olimpíadas em 2016. Pude ter essa intimidade com o Presidente Lula, conversar com ele, que está muito otimista, pois é um apaixonado pelo Brasil, é uma pessoa que confia no cidadão brasileiro, sabe da seriedade, do compromisso da Presidente Dilma. O Presidente Lula acha que o povo brasileiro saberá fazer uma boa escolha, pois o nosso projeto, que está dando certo e que é tão combatido, é tão atacado com a ação às vezes odiosa de alguns, como já disse aqui esta semana, é um projeto que está melhorando a vida dos brasileiros, que está melhorando o País.

O Brasil está muito melhor hoje do que em 2002, quando o Lula assumiu. O Brasil da Presidenta Dilma está muito melhor hoje do que estava, se nós levarmos em conta a crise econômica que estamos enfrentando, e certamente haverá de estar muito melhor se a Presidenta Dilma tiver mais quatro anos e tempo para concluir sua obra, seu trabalho.

Aproveito para fazer uma leitura rápida, Sr. Presidente. Antes de entrar no último e tão importante assunto que quero trazer, eu queria fazer a leitura rápida de alguns números, porque contra fatos não há argumentos; contra números... O pessoal discute muito a economia. Vamos aqui.

A inflação em 2002, quando nós assumimos o Governo, era de 12,5%. Agora, setores da imprensa e setores da oposição xingam diariamente o Governo por conta da inflação que está dentro da meta, abaixo dos 6%. A inflação hoje, no nosso governo, é a metade do que era no governo do PSDB, e nós é que estamos fazendo a política errada. Essa matemática eu não entendo. Como é que nós podemos estar fazendo a política errada se a inflação no governo do PT é a metade da inflação do governo do PSDB?

Outro aspecto: a taxa de investimento da economia brasileira, que era de 16% em 2002, mas, em plena crise hoje, numa crise profunda, está em 18,2% em 2013.

Há outro número que traduz tudo. Dizem que o Brasil hoje é um país que não tem confiança. É incrível! Como é que, num país que tinha um PIB de US\$500 bilhões, quando nós assumimos, e agora tem um PIB de US\$2,3 trilhões, e nós estamos andando para trás?!

Eu acho que há aí a intenção de alguns de mascarar os números, de distorcer a verdade. E distorcer a verdade é trabalhar com a mentira.

Em nosso País, por exemplo, se querem tratar de um número que o mundo inteiro traduz muito bem, o Investimento Direto Externo, o chamado IDE (Investimento Direto Externo), pegando um período de 12 meses, de maio de 2013 a maio de 2014, foi de US\$66 bilhões. Sabem de quanto era esse Investimento Direto Externo quando o PSDB governava, antes de o PT assumir o governo? Era de US\$16 bilhões. Então, houve um aumento de quatro vezes do Investimento Direto Externo no País, e nós é que estamos fazendo a política errada?! Eu não consigo entender essa matemática. É a matemática da desfaçatez, é a matemática da enganação, é a matemática a que se prendem alguns articulistas, que estão cumprindo mais um papel de partido político – já que os partidos não o cumprem – do que de analistas econômicos, e isso o brasileiro tem que separar muito bem.



Essa ação agora do Banco Santander. Pessoas preconceituosas, pessoas comprometidas com a elite – que não quer atividade produtiva, quer atividade especulativa no País – lançam uma nota, em nome do Banco Santander, um dos maiores bancos do mundo, dizendo que a reeleição da Presidenta Dilma é um risco para investidores. Certamente, a eleição da Presidenta Dilma é um risco para especuladores, mas quem queira investir no Brasil, quem queira fazer atividades econômicas no Brasil é muito bem-vindo, especialmente os brasileiros que acreditam no País.

Está aqui um exemplo: o investimento direto, no Governo da Presidenta Dilma, no último ano, foi de 66 bilhões, enquanto, no governo do PSDB, era de 16 bilhões. Isso aqui não merecia nota dos bancos. E o nosso Governo reclama. Agora, hoje, setores da imprensa estão querendo fazer uma ação contra o Governo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – ... por estar se colocando contra uma barbaridade dessa.

Vou ler mais alguns dados.

Exportações: em 2002, as exportações do Brasil eram US\$60 bilhões; agora, são US\$242 bilhões. Será que estamos no caminho errado? Saímos de US\$60 bilhões para US\$242 bilhões por ano. Estamos no caminho errado? Não; estamos no caminho certo.

As reservas cambiais do Brasil. Quando se falava em reserva, o Brasil tinha 37 bilhões de reserva; hoje, tem 380 bilhões de reserva. E estamos no caminho errado?

O FMI. Nós devíamos o FMI. O FMI vivia aqui dando ordens para o Ministro da Fazenda, para o presidente do Banco Central. O governo do Presidente Lula pagou a conta com o FMI, mandou o FMI embora. Agora, o FMI está fazendo relatórios defasados, sem conhecer o Brasil, porque não tem mais acesso às informações verdadeiras do País, e faz relatórios especulativos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Penso que, nesse período de eleição, nós temos que tratar com a verdade. Nesse período de eleição, tudo que é político fica igual. Todos ficam atrás de voto. Isso é certo. E todos são iguais. O problema é o que alguns fazem com os votos e o que devemos fazer com os votos. Particularmente, acho que voto é coisa séria. Nós devemos assumir compromissos durante a eleição para cumpri-los depois. Mas nem todo mundo pensa assim.

Então, eu cito esses números para deixar bem claro. Eu poderia citar também a quantidade de empregos gerados no governo da Presidenta Dilma e do Presidente Lula: foram mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. Isso é um número que o mundo inteiro inveja. O governo do PSDB, durante oito anos, gerou quatro milhões de empregos. Nós geramos, com a Presidenta Dilma, cinco milhões em três anos e meio. Será que isso não é diferente? O Brasil tirou da pobreza 36 milhões de brasileiros. Trinta e seis milhões de brasileiros viviam na pobreza, em situação de extrema dificuldade, sem ter dinheiro para o pão e para o leite de cada dia. Nosso Governo tirou essas pessoas da pobreza.

Nós conseguimos trabalhar para que 40 milhões de brasileiros chegassem à classe média e passassem a ser consumidores. Há números que são muito importantes de nós colocarmos. Por exemplo: o número de pessoas que usavam aeroportos neste País. Eram 90 milhões de brasileiros que andavam de avião por ano; agora, são 285 milhões de brasileiros que andam de avião por ano neste País. Há mais brasileiros, de abril para cá, andando de avião que de ônibus. Será que isso não é uma mudança para melhor? Será que isso não é parte das boas mudanças? Mas é claro que sim!

Se eu fosse falar de violência, mobilidade urbana e de outros assuntos... Nós temos grandes desafios pela frente na saúde e na educação; mas, por exemplo, o orçamento da educação, em 2002, quando assumimos o Governo, era de R\$18 bilhões; agora são R\$112 bilhões. Será que isso não é uma mudança para melhor? Então, quem quer falar de mudança tem que falar de quem tem condição de fazer mudanças: os que nunca fizeram ou os que estão fazendo as mudanças.

Então, Sr. Presidente, concluo esta parte do meu pronunciamento e peço, já que temos poucos oradores, mais compreensão de V. Exª para fazer uso da tribuna e tratar de uma questão seriíssima que diz respeito aos povos indígenas isolados.

Hoje, o Brasil, em muitos veículos de comunicação, nos sites, nos jornais, está começando a divulgar algo que certamente vai tomar conta do mundo inteiro. Um evento que ocorreu no Acre, no final de junho, começo de julho, nos traz uma grande tensão. Eu mesmo estou há três dias em Brasília, cuidando diariamente desse tema. Estou me referindo aos índios isolados que fizeram contato no Acre. Pode ser que algumas pessoas não entendam o que chamo de índios isolados. Parece incrível, nem dá para acreditar, mas existem populações no

Planeta, na Amazônia brasileira, que nunca fizeram contato conosco; que não têm nenhuma relação com o que usamos, com o que disputamos, com este mundo que a gente acha tão imprescindível, que vai do celular à internet, a roupas, a casas. São populações primitivas que vivem na floresta.

Há menos de vinte dias, um grupo de indígenas isolados – alguns os chamam até de brabos – fizeram contato com seus parentes índios, com não índios e com pessoas da Funai no Acre.

Eu lido com este tema desde 2001, quando era Governador do Acre. Sobrevoei a área das aldeias deles – a gente mantinha sempre em reserva as áreas – e vi as malocas. Dá para se quantificar quantos são pela quantidade de malocas. Como Governador, fiquei três dias em um acampamento da Funai, que é uma frente de proteção.

O Brasil, felizmente, desde a década de 80, estabeleceu uma política para os índios isolados que é um exemplo no mundo. Nos locais onde há alguém que ainda não fez contato conosco, mantém-se aquela pessoa protegida de longe, não se faz nenhum contato. Não sabemos direito quem são, quantos são ou que língua falam, então, tenta-se protegê-los para que não haja nenhum contato.

Alguém vai dizer: “Mas, por quê? Por que não os trazem para que possam conhecer o carro, a luz, a beleza?” É que 70% desses povos primitivos morrem nos primeiros três anos depois do contato – 70% morrem nos primeiros três anos depois do contato! Isso é história no Brasil e em qualquer parte do mundo.

Então, a Funai, a política brasileira é: identificou-se que há uma população de índios isolados, que nunca fizeram contato, tenta-se, de longe, mantê-los da mesma forma. É o mais certo.

Para alguns dos não índios que se acham muita coisa, eu digo: nós somos tão impuros que quem vive na pureza da natureza, se se encostar na gente, morre. Morre pelas gripes, pelo sarampo, pelas doenças contra as quais já adquirimos imunidade ao longo de séculos, depois das pestes. Eles morrem.

E o que está acontecendo, hoje, no Acre? Um grupo de 300 a 500 pessoas – mais de 300 pessoas – que vive na floresta, na fronteira do Brasil com o Peru, fez contato. Tenho as imagens – tive acesso a isso há mais de vinte dias, aliás, mais de trinta dias – de um primeiro contato a distância. Um contingente de mais de 70 índios – crianças, jovens, mulheres, adultos – fizeram contato em uma região próxima a Assis Brasil, no Rio Iaco, e falaram do outro lado do rio, conseguiram se comunicar na língua dos jaminawás. Vi essas imagens, que são chocantes. E só quem vê percebe o quanto é emocionante saber que, em um Planeta onde há 7 bilhões de pessoas... Que bom que o Cristovam chegou! Queria contar esta história para você, Cristovam, meu caro e querido Senador de Brasília, meu reitor e professor.

Eu me estava referindo, Senador – já concluindo o meu pronunciamento –, que, no último mês, índios isolados fizeram contato no Acre, e essa notícia está correndo o mundo.

Estive no Palácio do Planalto ontem; estive com o Presidente Lula ontem, em São Paulo; amanhã, estarei com o Ministro da Justiça, com a Presidente da Funai. Eles não têm quem fale por eles. Aliás, eles não falam a língua que falamos; falam uma língua que ninguém fala. São do Acre. E eu lido com este assunto desde 2001, quando, ainda como Governador, sobrevoei a área e vi sertanistas, funcionários da Funai, morando a distância, tentando protegê-los, evitando a chegada de índios ou não índios próximo deles. A política do Brasil é muito acertada, de não fazer contato com esses povos primitivos.

Imaginem a idade em que estamos! E essas pessoas vivem absolutamente independentes de tudo isso por que ficamos aqui discutindo, debatendo e achando que são imprescindíveis para a vida. Eles vivem sem nada disso, da roupa à linguagem, bens materiais, nada, zero. Isso é algo fenomenal!

Nosso País é tão abençoado que talvez guardemos o mais primitivo dos povos do mundo. Chamo-os de verdadeiros povos da floresta. E, talvez por pressão de traficantes do Peru, madeireiros do Peru – eles vivem na fronteira do Acre com o Peru, numa área que podemos chamar de silêncio –, eles vieram mais para o lado, andando mais ainda – eles andam muito.

Sobrevoei a área deles e vi. Fiquei lá durante três dias, num acampamento da Funai, numa frente da Funai que fica lá próximo. Andei por dois dias de barco, como Governador, e o pessoal até achou que eu tivesse desistido do meu cargo. Mas eu estava indo atrás de algo que, para mim, é patrimônio da humanidade.

Sertanistas que trabalharam 30 anos no Acre e que já se aposentaram, como Meirelles e como Terri, agora estão vivendo a fase mais chocante da vida. Eles tiveram contato com os índios isolados e estão tendo de novo, nesta semana.

Ficaram de voltar na nova lua, no final de agosto, mas já voltaram. Sei que eles estão lá na cabeceira do Rio Envira, no Rio Xinane, onde fui. Identificou-se que eles falam a língua jaminawá, falada há mais de 500Km de distância de onde eles estavam.

O Governador Tião Viana, que tem ajudado muito, conseguiu um helicóptero para levar para lá dois índios jaminawás, um mais velho e o José Correia, que é até conhecido meu, e eles conseguiram se comunicar, conversar. Mas o problema é que, só no primeiro contato, já estavam definhando-se, com risco de vida, por

conta da gripe. Eu falava, ainda há pouco, que somos tão impuros que uma pessoa primitiva, que vive na floresta, ao fazer contato com a gente, morre.

Este é o histórico que estou trazendo aqui para o Senado, e estou apresentando um requerimento para trazermos a Presidente da Funai e sertanistas, para fazermos uma reunião no esforço concentrado dos dias 5 e 6, na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle do Senado. Estou apresentando esse requerimento para que o Senado da República tome conhecimento deste assunto, da gravidade dele, para que possamos dar a eles, e cobrar, as condições necessárias.

Setenta por cento dos povos contatados – os irmãos Villas-Bôas e outros cumpriram sua missão – morreram nos primeiros três anos. Nós não podemos permitir esse genocídio. Hoje, temos condição de evitar que essa lógica absurda se repita. Os índios estavam lá com gripe, esses quatro que apareceram.

Tenho imagens e posso mostrá-las em meu gabinete, Senador. Não posso divulgá-las porque as mantenho reservadas em respeito à Funai. É uma aparição de mais de 70 índios, entre crianças, jovens, mulheres. São pessoas que vivem dentro da floresta, absolutamente independentes de todas essas coisas que achamos serem imprescindíveis para a vida, pelas quais alguns até fazem guerra.

A política do Brasil era de não fazer contato, de mantê-los a distância. No Acre, já temos áreas demarcadas para eles – são mais de 600 mil hectares –, pois nos antecipamos. Agora, há uma posição nossa. No dia em que fizessem contato, nós teríamos de acolhê-los. Não temos como expulsá-los, mandá-los embora. E eles fizeram contato.

Então, estamos diante de um desafio da humanidade, de como fazer para que esses que fizeram contato não morram. Eles marcaram um reencontro para a nova lua – o calendário deles é lunar. Seria a lua cheia, no final de agosto, mas alguns já vieram.

Falei com a Presidente da Funai hoje; amanhã, estarei com o Ministro da Justiça. É um assunto que tem de envolver todos, que tem de ter a participação de todos. Então, estou aqui, da tribuna do Senado, fazendo um relato sobre algo que é parte da história. Sei que os jornalistas que estão me ouvindo talvez estejam em dúvida sobre o que estou falando. As pessoas falavam: “Mas eu vi, o índio estava lá.” Tenho as fotos na minha *Fan Page*, no [facebook.com/senadorjorgeviana](https://www.facebook.com/senadorjorgeviana). Lá há informações. Quem quiser pode vê-las no meu *site*, que é [jorgeviana.com.br](http://jorgeviana.com.br). Então, fiz postagens no meu Facebook, volto a repetir: [facebook.com/senadorjorgeviana](https://www.facebook.com/senadorjorgeviana), na minha *Fan Page*.

As pessoas diziam: “Um deles estava lá com uma espingarda.” Claro! Eles sempre viram os índios e os não índios. Eles sempre frequentaram essas casas – obviamente, ele foi a algum lugar e pegou essa espingarda.

“Ah, mas ele estava com um terçado, com um facão, como se diz, na cintura.” Ele estava sem roupa, mas com o facão. Claro. Eu mesmo, quando era Governador, tomei uma medida, à revelia da FUNAI, junto com um sertanista do Acre. Eu havia ido lá perto deles, eu os tinha visto. Quando a primeira foto deles foi tirada, eu estava dentro do avião de onde ela foi feita. Isso porque muita gente não acreditava. Tudo bem, é bom não acreditarem, deixá-los quietos. A revista *Época* fez uma reportagem em 2001 sobre isso. Eram quatro pessoas dentro do avião.

O tempo passou e um sertanista veio, quando eu ainda era Governador, e disse: “Governador Jorge, há um problema. Eles estão indo muito na casa dos seringueiros e estão pegando ferramentas. Daqui a pouco alguém vai matar, vai haver conflito.”

Nós tínhamos visto os roçados deles, plantações de banana e de algumas outras frutas no meio da floresta. Eles deviam estar atrás de ferramentas, a família devia estar aumentando. Eu, então, botei um plano com o sertanista. Era um plano meio inventivo. Eu disse: “Se eles estão atrás de corda, de machado, de facão, de enxada para o seu roçado, vamos diminuir a frequência, o risco de irem à casa dos não índios e até de seus parentes índios. Vamos encher alguns sacos com essas ferramentas e lançá-los de avião.” E assim fizemos.

Durante muitos anos isso acalmou tudo. Eles pararam de andar na casa dos outros. Até hoje devem estar pensando sobre como aquilo de que eles precisavam tanto caiu do céu. Não sei se já debitaram na conta de algum deus, mas o certo é que isso acalmou durante anos a situação.

Eu estou me referindo a fatos ocorridos há mais de 12 anos, e agora, fizeram contato. É, portanto, um momento histórico que vivemos no Brasil e no mundo, em que um grupo grande de indígenas nunca contatados, sem qualquer convivência, agora está fazendo contato.

Aqui, da tribuna do Senado, faço esse registro, dizendo que, com minha assessoria, estou entrando hoje com um requerimento na Comissão de Meio Ambiente para que, na próxima semana, possamos ter uma sessão com a Presidente da Funai e com um maior número de Senadores, onde possamos tomar conhecimento do que está acontecendo. E convido o Senador Cristovam, os colegas Senador Kaká e Senador Fleury, que preside a sessão, para que possamos somar forças com o Ministério da Justiça, com a Funai e com a Presidência da

República, no sentido de dar a adequada condução a esse desafio: como podemos estabelecer contato com esses povos primitivos sem que isso implique risco de vida para eles?

É um desafio enorme. Quanto à gripe com que eles estavam, um pesquisador e médico, Dr. Douglas Rodrigues, da Unifesp, que estuda muito os índios primitivos, os índios isolados, imediatamente pegou um avião para o Acre – o Governador Tião Viana providenciou um helicóptero –, foi para lá e conseguiu curá-la. Imaginem um medicamento desse que tomamos diariamente por qualquer coisa num índio como esse, isolado, o efeito é monstruoso, passa a ser veneno, então tem que haver alguém que conheça um pouco de tudo o que já aconteceu de ruim para que essas coisas ruins não aconteçam e que aconteçam coisas boas.

Eu devo dizer que este assunto que eu estou trazendo aqui vai ganhar as manchetes do *The New York Times*, da grande imprensa internacional e das revistas especializadas. O Acre certamente vai virar, nesse aspecto, uma espécie de centro do mundo de novo porque nós vivemos numa região de cabeceira dos rios, e os índios não estão lá à toa: é onde há a maior biodiversidade, onde a natureza tem o nascedouro de uma série de espécies, e os índios, com a sua inteligência, com o seu conhecimento, querem ficar exatamente ali, naquelas regiões onde a água é pura, a caça é farta e a natureza é abundante. É isso que a gente tem. Por isso, eu sempre me preocupei em protegermos essas regiões, as nascentes. Uma árvore não nasce na foz e vai até a nascente, a matriz está na nascente e ela vai-se disseminando até a foz; é assim que funciona. Nós temos, no Acre, a fantástica responsabilidade de sermos depositários, de sermos cuidadores dessa região tão especial, no pé dos Andes, bem no começo dos Andes, e também numa das áreas onde a Bacia Amazônica começa a se transformar nessa coisa fantástica que é. Lá, temos a coisa mais primorosa: povos nativos tradicionais não contatados.

Então, deixo este registro e peço a colaboração de todos para que possamos, em conjunto, todo o povo brasileiro, todo o governo, as instituições, ajudar na condução desse desafio tremendo que é de estabelecer um diálogo, um contato, uma relação com esses índios isolados que não implique risco de vida para eles. Certamente, vamos ter problemas. O desafio é tremendo. O histórico para trás é desastroso, mas quem sabe não temos aí a oportunidade de escrever uma nova página e talvez a última, porque não temos tantos povos assim não contatados no mundo, esse é um dos poucos, e, certamente, o maior contingente é nessa área a que eu me refiro, ali, na fronteira do Acre com o Peru, que conheço tão bem e que agradeço a Deus o privilégio de poder também estar aqui, no Senado, para procurar ajudar de algum jeito, para que a gente possa aprender com essas pessoas que viveram até aqui e vivem com suas famílias, com seus filhos sem nada disso que a gente acha tão fundamental para que a vida siga nesse mundo.

Era isso, Sr. Presidente, eu agradeço e vou ficar ainda, já ia embora para o Acre hoje, mas marquei com o Ministro José Eduardo Cardozo uma audiência para amanhã, vou ter mais uma audiência com ele e com a Presidente da Funai, porque acho que essa causa é maior do que meu mandato, é maior do que as atribuições de um mandato de Senador do Acre, é uma causa humanitária.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Fleury. Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador Jorge Viana, quero, ao ouvir suas palavras, no começo até com timidez ao falar do seu currículo, enaltecer que essa pesquisa que foi feita, do DIAP, entre os 100, eu tenho certeza de que ela não numerou, falou entre os 100 Parlamentares, mas se numerarem, eu tenho certeza de que o senhor estará entre os 5, pela dignidade, pelo trabalho que o senhor tem prestado a toda a Nação.

E aproveitar... Às vezes, do interior, quando falamos em 100, a pessoa acha que é o centésimo, mas não, meu povo do interior, esse é o Senador. Sou oposição, sou do Democratas, mas jamais farei oposição sobre números, e o Senador colocou à disposição os números...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Fleury. Bloco Minoria/DEM – GO) – ... para quem quiser discutir os números, tenho certeza de que o gabinete de V. Ex<sup>a</sup> está aberto para conversas.

Passo a Presidência agora ao Senador.

Antes, darei a palavra ao Kaká Andrade.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Um aparte muito curto, Senador, apenas para manifestar minha simpatia ao ver a sua sensibilidade, Senador Jorge Viana. Lamentavelmente, nem todos têm essa sensibilidade. Há pessoas que, quando a gente vê uma nova tribo de índios, dizem: “Puxa, o Brasil é um País de índios.” O País é de índios e a gente tem que se orgulhar disso também, dessa diversidade que nós temos. Outros, apressadamente, querem chegar lá, ocupar o terreno, incorporar inclusive um tipo de generosidade que termina sendo contraproducente, incorporar essas pessoas o mais rápido possível, ao invés de fazerem a cuidadosa transição, se eles quiserem, da vida que eles levam para a vida chamada de moderna. O senhor demonstrou, na sua fala aqui, uma sensibilidade que é muito rara de a gente ver, e eu o parabeno. E



tem toda razão: isso está acima, até, do mandato do senhor e de cada um de nós. Vá dar todo o apoio possível para o Tião, que deve estar precisando, para que esse assunto seja tratado com o cuidado necessário do ponto de vista humanista.

*O Sr. Fleury deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Eu agradeço as palavras. Não sei se sou merecedor, mas queria, inclusive, convidar os colegas Senadores. Vamos combinar com a Presidente da Funai para que ela possa fazer uma exposição, já na semana que vem, sobre esse assunto, no Senado Federal, na Comissão de Meio Ambiente. Eu estou entrando com um requerimento hoje. Vou propor que façamos essa audiência pública com o maior número de Senadores, para que a gente tome conhecimento e possa o Senado Federal também fazer a sua parcela de contribuição. Aqui é a Casa da Federação; aqui é a Casa que pode realmente dar uma contribuição muito grande.

Senador Cristovam, antes do contato, por coincidência, meses atrás, os sertanistas estavam trabalhando comigo a ideia – e eu estava disposto a ajudar – de termos aprovado um projeto de financiamento de R\$5 milhões, por cinco anos, para fazer um trabalho de preparação para um eventual contato, porque eles também estavam achando que ocorreria. Só que, em menos de dois meses depois que começamos a trabalhar no projeto, o contato já aconteceu. Ou seja, já temos também uma proposta do que tem que ser feito.

A maior preocupação é com a área da saúde. E, depois, de fazer oficinas, de trabalhar com os índios e não índios vizinhos na área do entorno, para que eles possam estabelecer uma convivência com pessoas.

As imagens são fantásticas. V. Exª pode ter acesso a elas. Há o UOL, o Terra Magazine. O G1, do Globo, estava com algumas imagens. Mas nós temos imagens de mais de uma hora. E saíram aí não mais do que cinco minutos. É algo que a gente precisa ver para poder crer.

Então, agradeço a V. Exª e passo a palavra para o Senador Kaká Andrade, pelo PDT de Sergipe, para que ele possa fazer uso da tribuna.

**O SR. KAKÁ ANDRADE** (Bloco Apoio Governo/PDT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, no último dia 19 de julho, um sábado, por volta das 2 horas da madrugada, houve o desabamento de um prédio de quatro pavimentos, em construção, na cidade de Aracaju, capital de meu Estado. A obra já estava em fase adiantada, encaminhando-se para sua conclusão, quando aconteceu a tragédia.

Tratava-se de uma edificação de um prédio que seria destinado a uso residencial, localizado na Rua Poeta Sales, no bairro Coroa do Meio, zona sul da cidade, e que, em cerca de dois meses, seria entregue aos futuros moradores.

Logo após o acontecimento, as primeiras informações davam conta de que havia pessoas no prédio desabado, o que foi confirmado. Equipes do Corpo de Bombeiros se dirigiram ao local com cães farejadores, um sonar e também com a utilização de retroescavadeiras para retirada dos escombros, no afã de se chegar às vítimas e promover o resgate. Tiveram o suporte da Defesa Civil do Estado de Sergipe e também da Força Nacional, que estava apoiando ações em nosso Estado.

Estas vítimas foram identificadas como Josevaldo da Silva, de 34 anos, que trabalhava na obra e ali passava a noite com a mulher, Vanice de Jesus, de 31 anos, a filha Ane Gabrieli, de 8 anos, e o bebê Ítalo Miguel, com apenas onze meses de vida. Os relatos dão conta de que as equipes do Corpo de Bombeiros avistaram a família após perfurarem uma sequência de quatro lajes que se encontravam acima deles. Estavam vivos, dentro de um espaço de cerca de 20 metros quadrados, que se conseguiu sustentar por estar ancorado por algumas caixas de cerâmica que seriam usadas no acabamento.

É este o ponto em que se norteia este meu pronunciamento: a determinação dos bravos integrantes do Corpo de Bombeiros de Sergipe em salvar aquelas vidas.

Embora o assunto mereça uma análise sobre suas causas, não irei tratar disto, pois seria precipitada qualquer análise ainda neste momento. Quero tratar aqui da fundamental atuação das equipes de bombeiros que para lá se deslocaram.

Os que tiveram oportunidade de acompanhar esse drama pela imprensa, sobretudo pela televisão, puderam constatar que, a todo instante, eram feitas comunicações verbais com as vítimas, passando-lhes orientações e, sobretudo, transmitindo-lhes segurança por saberem que o trabalho de resgate estava sendo feito. O ambiente em que se encontravam era o mais precário possível, dentro de escombros, debaixo de quatro lajes, em meio de intensa escuridão, poeira e frio.

O trabalho empreendido nestas circunstâncias é absolutamente artesanal, há de ser retirada pedra por pedra, tijolo por tijolo, pois qualquer precipitação pode fazer desmoronar toda a estrutura, esmagando aquela pequena célula de vida e de esperança. E assim foi feito, um trabalho de paciência e de profissionalismo, além



de profundo amor ao ser humano, característica básica que toda a população reconhece nos integrantes desta valorosa instituição que é o Corpo de Bombeiros.

Ao longo de mais de 30 horas, os integrantes do Corpo de Bombeiros de Sergipe não arredaram pé do local do acidente, até que conseguiram resgatar, com vida, toda aquela família. Infelizmente, a caminho do hospital, o bebê Ítalo Miguel não resistiu. Os demais passam bem e procuram superar as sequelas psicológicas que enfrentam.

O Corpo de Bombeiros Militar foi criado no dia 2 de julho de 1856, através de decreto assinado pelo Imperador Dom Pedro II, que instituiu o Corpo Provisório de Bombeiros da Corte, no Rio de Janeiro. É neste dia, 2 de julho, que se comemora o Dia do Bombeiro.

A ideia de que esse profissional se dedica apenas a apagar incêndios já foi em muito ampliada. As atribuições desta corporação, hoje, vão muito mais além. Nós as percebemos a todo momento nas ruas da cidade, nas águas e nos campos. Atualmente, dentre várias outras atribuições, os bombeiros atendem a pedidos de resgate em altura, salvamento aquático, combate a incêndios florestais, vistorias técnicas em edificações, deslizamentos de encostas e socorro em acidentes com produtos de risco, como substâncias tóxicas e inflamáveis.

É do brasileiro, a qualquer dificuldade, o número que vem à mente é o do Corpo de Bombeiros: 193! É aí, muitas vezes, onde está a última esperança, sobretudo dos mais humildes, e onde esta esperança não é frustrada.

Por fim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero comunicar que estou apresentando um requerimento de Voto de Aplauso ao Corpo de Bombeiros do Estado de Sergipe, pela valorosa atuação neste caso em particular, mas sem esquecer que, em inúmeras outras situações, esta instituição já salvou uma grande quantidade de vidas em meu Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Cristovam Buarque, para fazer uso da tribuna.

Eu tenho um expediente sobre a mesa. Após V. Ex<sup>a</sup> usar a tribuna, eu farei a leitura.

E cumprimento o Senador Kaká Andrade, pelo pronunciamento e pelo cuidado que está tendo com sua terra.

Com a palavra, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Cristovam.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero aproveitar este momento para fazer uma manifestação sobre a posição tomada pelo Governo da Presidenta Dilma, que levou o Governo de Israel a dizer que o Brasil era um anão diplomático.

Eu creio que nós todos que temos profundo respeito pelo povo judeu, que temos amigos – e alguns dos mais próximos amigos são judeus –, que vemos a aventura da implantação do Estado de Israel como uma das epopéias do século XX, que admiram o trabalho de todos aqueles que, a partir do século XIX, começaram a sonhar com a ideia de um lugar onde o povo judeu se reuniria no seu Estado, todos nós que admiramos tanto a educação que, no Estado de Israel, é, se não a melhor, das melhores do mundo, todos nós que vemos a lista de prêmios Nobel e percebemos que nenhum povo tem um número tão grande quanto o povo judeu, todos nós sentimos dificuldade em nos manifestarmos como devemos diante do que acontece hoje em Gaza.

Não é fácil, pelo respeito que nós temos por aqueles que estão cometendo esses fatos – respeito, aliás, não pelos que estão cometendo; respeito pelo povo do qual eles fazem parte. Falei disso, porque eu sou de uma geração, Senador Tião, em que nós tínhamos receio de criticar os crimes de Stalin, com medo de sermos acusados de anticomunistas, de agentes da CIA. Hoje, há muitos que têm receio de se pronunciarem sobre o que acontece em Gaza, com medo de serem acusados de serem anti o povo judeu, anti o Estado de Israel e antisemita, mas nós não temos o direito de ficarmos com esse medo. Nós temos que manifestar com clareza o nosso respeito e admiração e o direito de Israel existir. Nós temos que manifestar, sim, dizendo que jogar foguetes indiscriminadamente contra Israel é um ato terrorista, que deve ser combatido. Agora, não podemos deixar de dizer, de manifestar, não podemos nos calar diante do fato de que a maneira como se está tentando acabar com alguns terroristas é destruindo um povo inteiro. Isso a gente não pode deixar de falar. Não pode deixar de manifestar a nossa tristeza ao ver mais de mil civis mortos, dos quais uma percentagem grande são mulheres e crianças. Ou a gente diria que há uma incompetência muito grande na maneira como estão atrás de alguns terroristas, matando o povo, ou há uma insensibilidade moral muito grande na maneira como as Forças Armadas de Israel estão sendo usadas.

Eu creio que a Presidenta Dilma fez correto o fato de chamar o nosso Embaixador, para manifestar o nosso descontentamento com a maneira como essa guerra está sendo feita, sem deixar de ter dito que Israel tem direito de existir, inclusive de se defender contra atos terroristas que venham de fora ou de dentro do próprio

território. Mas, em nenhuma hipótese, podemos fechar os olhos à maneira como isso está sendo feito, à maneira de destruição sistemática de casas, de central, a única, de energia elétrica. O fim da energia elétrica em uma cidade gera consequências dramáticas nos hospitais, fecha as escolas, as pessoas perdem seus alimentos. E isso está sendo feito. E isso merece que se tome posição. Não dá para ficarmos com receio, por causa do respeito que temos a muitas pessoas, por causa das ameaças de sermos acusados daquilo que não somos, e ficarmos calados.

Eu creio que a Presidenta Dilma tomou a posição correta ao manifestar o seu descontentamento em nome dos brasileiros. Ela falou em meu nome também.

Nem sempre a gente tem a coragem de assumir posições que contrariam até tendências à história de cada um de nós, mas há momentos em que não podemos deixar passar. Neste momento, o que está sendo feito em Gaza é um crime de proporções que não podem ser toleradas pelo silêncio.

Além disso, nós todos que desejamos, que sonhamos, que reconhecemos e respeitamos o Estado de Israel, temos o direito de manifestar a nossa ideia de que essa é uma maneira equivocada de defender o Estado de Israel nas próximas décadas, séculos e até milênios. Porque, diferentes de nós, brasileiros, que temos uns poucos séculos, o povo judeu conta a sua história em milênios. Não é o melhor caminho de assegurar a paz pelos milênios seguintes destruindo Gaza. Não vai dar certo.

Mesmo que houvesse a solução final de matar todos que ali estão, outros virão. Senão dali, do ao redor, espalhados onde eles estão. Outros foguetes serão construídos, a não ser que se construa a paz. O futuro de Israel não se constrói na escuridão em que está vivendo Gaza nesse momento. A escuridão em Gaza não constrói o futuro de Israel.

**O Sr. Fleury** (Bloco Minoria/DEM – GO) – Um aparte, Senador.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Por isso, eu creio que é preciso nos manifestarmos. A nossa defesa do Estado de Israel, a nossa crítica ao uso de foguetes contra o território de Israel. Sejam quais forem as desculpas que tenham, não é esse o caminho. Isso é terrorismo. Mas também nos manifestarmos, a tristeza, o sofrimento diante de mais de mil mortos civis, diante de quantas crianças aí estão mortas? E quantas traumatizadas pelo resto da vida? E quantas servirão, pelo traumatismo que vivem, como soldados da guerra, inclusive terroristas?

Nós, a meu ver, temos que nos manifestar sobre isso. E, por isso, eu venho aqui deixar claro o meu apoio à posição da Presidenta Dilma, a quem eu tenho feito tantas críticas em muitos momentos. Fica registrada a minha posição porque eu não quero que passe para o futuro que eu fiquei calado diante do meu sentimento de que aquilo não está compatível com o espírito humanista do povo judeu. E mesmo com o humanismo que está por trás da ideia de surgimento e de instalação do Estado de Israel.

Era isso, Sr. Presidente, mas eu quero passar a palavra ao Senador Fleury, que pediu um aparte.

**O Sr. Fleury** (Bloco Minoria/DEM – GO) – Senador, V. Ex<sup>a</sup>, que é considerado o homem da educação neste País, sabe a indignação que pode ter todo o mundo vendo essa guerra. Guerra não é para quem tem educação. E acho que as palavras de V. Ex<sup>a</sup> cabem e têm legitimidade. Nós pedimos a quem for que não falemos mais em guerra. Nós temos países na América Central em que não existe Exército. Estamos gastando agora um absurdo com aviões para a guerra. Se o dinheiro de um desses aviões fosse para a escola, tenho certeza de que cada Estado teria grandes escolas, no padrão que V. Ex<sup>a</sup> sempre lutou para que tivesse este País. Muito obrigado pelo aparte.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco Apoio Governo/PDT – DF) – Eu que agradeço, Senador Fleury.

E era esse o pronunciamento que eu queria fazer, Senador.

*O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Kaká Andrade.*

**O SR. PRESIDENTE** (Kaká Andrade. Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Havendo expediente sobre a mesa, passamos agora a fazer a leitura:

A Senhora Presidente da República adotou, em 25 de julho de 2014, e publicou no Diário Oficial da União de 28 de julho de 2014, a **Medida Provisória nº 652 de 2014**, que “Cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, cuja composição será publicada na forma regimental.

O calendário de tramitação da Medida Provisória foi publicado na Ordem do Dia do Congresso Nacional. A matéria será publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão mista:

### SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Eunício Oliveira	1. Ana Amélia
Francisco Dornelles	2. Romero Jucá
Sérgio Petecão	3. Vital do Rêgo
Paulo Davim	4.
Ricardo Ferraço	5.

#### Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL/PRB)

Humberto Costa	1. Randolfe Rodrigues
Acir Gurgacz	2. Marcelo Crivella
Vanessa Grazziotin	3. Walter Pinheiro

#### Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM/SD)

Aloysio Nunes Ferreira	1. Alvaro Dias
Cássio Cunha Lima	2. Paulo Bauer
José Agripino	3. Jayme Campos

#### Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)

Gim	1. Alfredo Nascimento
Mozarildo Cavalcanti	2. Antonio Carlos Rodrigues

#### PSB

Rodrigo Rollemberg	1. Lídice da Mata
--------------------	-------------------

#### PROS\*

Ataídes Oliveira	1.
------------------	----

\* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### PT

Vicentinho	1. Artur Bruno
Alessandro Molon	2. Carlos Zarattini

#### PMDB

Eduardo Cunha	1. Darcísio Perondi
Marcelo Castro	2. Edinho Araújo

#### PSD

Moreira Mendes	1. Júlio Cesar
Eleuses Paiva	2. Heuler Cruvinel

#### PSDB

Antonio Imbassahy	1. Vanderlei Macris
-------------------	---------------------

#### PP

Eduardo da Fonte	1. Waldir Maranhão
------------------	--------------------

**DEM**

Mendonça Filho	1. Efraim Filho
----------------	-----------------

**PR**

Bernardo Santana de Vasconcellos	1. Giacobbo
----------------------------------	-------------

**PSB**

Beto Albuquerque	1. Glauber Braga
------------------	------------------

**SD**

Fernando Francischini	1. Arthur Oliveira Maia
-----------------------	-------------------------

**Bloco (PV/PPS)**

Sarney Filho	1. Rubens Bueno
--------------	-----------------

**PTB**

Jovair Arantes	1. Antonio Brito
----------------	------------------

**PSOL\***

Ivan Valente	1. Chico Alencar
--------------	------------------

\* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário:

- Publicação no *DOU*: 28/07/2014
- Designação da Comissão: 30/07/2014
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 03/08/2014 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à CD: -
- Prazo na CD: até 24/08/2014(até o 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: 24/08/2014
- Prazo no SF: de 25/08/2014 a 07/09/2014 (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: 07/09/2014
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 08/09/2014 a 10/09/2014 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 11/09/2014 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 25/09/2014

É o seguinte o ofício da liderança:

Ofício nº 69/2014-BLUFOR

Brasília, 29 de julho de 2014

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força, os Senadores Gim e Mozarildo Cavalcanti, como membros Titulares e os Senadores Alfredo Nascimento e Antonio Carlos Rodrigues, como membros Suplentes, para integrarem a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 652, de 25 de julho de 2014, que “cria o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional.”

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB – PR – PSC.

**O SR. PRESIDENTE** (Kaká Andrade. Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – A Presidência comunica ao Plenário o recebimento, no dia 23 de julho de 2014, da **Mensagem nº 214, de 2014**, da Excelentíssima Senhora Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional as razões do Veto Parcial nº 20, de 2014, aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2013 (nº 757/2011, na Casa de origem).

Nos termos do arts. 10-A e 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, este com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, e da Resolução nº 1, de 2012-CN, foi constituída a Comissão Mista incumbida de relatar o veto, cuja composição será publicada na forma regimental.

A Comissão Mista deverá apresentar o relatório sobre o veto no prazo de 20 dias, nos termos do art. 105 do Regimento Comum do Congresso Nacional.

O prazo previsto no §4º do art. 66 da Constituição Federal e no art. 104 do Regimento Comum do Congresso Nacional, esse com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2013-CN, encerrar-se-á em 21 de agosto de 2014.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes, Mensagem e razões de veto:

## **VETO PARCIAL Nº 20, DE 2014**

aposto ao

**Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2013  
(nº 757/2011, na Casa de origem)**

**(Mensagem nº 214/2014, na origem)**

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 757, de 2011 (nº 90/13 no Senado Federal), que “Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências”.

Ouvida, a Controladoria-Geral da União manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:

### **§ 2º do art. 4º**

“§ 2º Os grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica serão beneficiários de premiação de iniciativas culturais ou de instrumentos de apoio e fomento previstos em lei, conforme regulamento.”

### **Razões do veto**

“O dispositivo daria o mesmo tratamento jurídico a modalidades significativamente diversas de apoio financeiro, tais como prêmios, bolsas e fomento. Desse modo, ao autorizar que grupos e coletivos culturais, sem constituição jurídica, sejam beneficiários de instrumentos de apoio e fomento, levaria a sérios obstáculos para a execução das transferências financeiras, além de dificultar a devida prestação de contas. Por fim, poderia haver prejuízos para eventual responsabilização em casos de desvios ou outras irregularidades.”

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 22 de julho de 2014.



**PROJETO A QUE SE REFERE O VETO:****(\*) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2013  
(nº 757/2011, na Casa de origem)**

Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Cultura Viva, em conformidade com o caput do art. 215 da Constituição Federal, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da cultura, com o objetivo de ampliar o acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais.

Art. 2º São objetivos da Política Nacional de Cultura Viva:

I - garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir iniciativas culturais;

II - estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas da cultura;

III - promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de diálogo com a sociedade civil;

IV - consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais;

V - garantir o respeito à cultura como direito de cidadania e à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica;

*(\*) Em destaque a parte vetada*

VI - estimular iniciativas culturais já existentes, por meio de apoio e fomento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;

VIII - potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade, e ampliar instrumentos de educação com educação;

IX - estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.

Art. 3º A Política Nacional de Cultura Viva tem como beneficiária a sociedade e prioritariamente os povos, grupos, comunidades e populações em situação de vulnerabilidade social e com reduzido acesso aos meios de produção, registro, fruição e difusão cultural, que requeiram maior reconhecimento de seus direitos humanos, sociais e culturais ou no caso em que estiver caracterizada ameaça a sua identidade cultural.

Art. 4º A Política Nacional de Cultura Viva compreende os seguintes instrumentos:

I - pontos de cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

II - pontões de cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas;

III - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura: integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura.

§ 1º Os pontos e pontões de cultura constituem elos entre a sociedade e o Estado, com o objetivo de desenvolver ações culturais sustentadas pelos princípios da autonomia, do protagonismo e da capacitação social das comunidades locais.

§ 2º Os grupos e coletivos culturais sem constituição jurídica serão beneficiários de premiação de iniciativas culturais ou de instrumentos de apoio e fomento previstos em lei, conforme regulamento.

§ 3º As entidades juridicamente constituídas serão beneficiárias de premiação de iniciativas culturais ou de modalidade específica de transferência de recursos prevista nos arts. 8º e 9º desta Lei.

§ 4º Os pontos e pontões de cultura poderão estabelecer parceria e intercâmbio com as escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão.

§ 5º A certificação simplificada prevista no inciso III deste artigo deverá considerar a identificação das entidades e seu histórico nas áreas de cultura, educação e cidadania, conforme regulamentação do Ministério da Cultura.

§ 6º Para recebimento de recursos públicos, os pontos e pontões de cultura serão selecionados por edital público.

Art. 5º Visando ao desenvolvimento de políticas públicas integradas e à promoção da interculturalidade, são ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva:

- I - intercâmbio e residências artístico-culturais;
- II - cultura, comunicação e mídia livre;
- III - cultura e educação;
- IV - cultura e saúde;
- V - conhecimentos tradicionais;
- VI - cultura digital;
- VII - cultura e direitos humanos;
- VIII - economia criativa e solidária;
- IX - livro, leitura e literatura;
- X - memória e patrimônio cultural;
- XI - cultura e meio ambiente;
- XII - cultura e juventude;
- XIII - cultura, infância e adolescência;
- XIV - agente cultura viva;
- XV - cultura circense;

XVI - outras ações que vierem a ser definidas em regulamentação pelo órgão gestor da Política Nacional de Cultura Viva.

Art. 6º Para fins da Política Nacional de Cultura Viva, consideram-se objetivos dos:

I - pontos de cultura:

- a) potencializar iniciativas culturais já desenvolvidas por comunidades, grupos e redes de colaboração;
- b) promover, ampliar e garantir a criação e a produção artística e cultural;
- c) incentivar a preservação da cultura brasileira;
- d) estimular a exploração de espaços públicos e privados que possam ser disponibilizados para a ação cultural;
- e) aumentar a visibilidade das diversas iniciativas culturais;
- f) promover a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais;
- g) garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- h) assegurar a inclusão cultural da população idosa;
- i) contribuir para o fortalecimento da autonomia social das comunidades;
- j) promover o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade;
- k) estimular a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação;
- l) adotar princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado;
- m) fomentar as economias solidária e criativa;



n) proteger o patrimônio cultural material e imaterial;

o) apoiar e incentivar manifestações culturais populares;

II - pontões de cultura:

a) promover a articulação entre os pontos de cultura;

b) formar redes de capacitação e de mobilização;

c) desenvolver programação integrada entre pontos de cultura por região;

d) desenvolver, acompanhar e articular atividades culturais em parceria com as redes temáticas de cidadania e de diversidade cultural e/ou com os pontos de cultura;

e) atuar em regiões com pouca densidade de pontos de cultura para reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos grupos e instituições locais;

f) realizar, de forma participativa, levantamento de informações sobre equipamentos, produtos e serviços culturais locais, para dinamizar atuação integrada com os circuitos culturais que os pontos de cultura mobilizam.

Art. 7º Para fins da Política Nacional de Cultura Viva, serão reconhecidos como pontos e pontões de cultura os grupos e entidades que priorizem:

I - promoção de cidadania e de uma cultura de paz por intermédio de ações culturais nas comunidades locais;

II - valorização da diversidade cultural e regional brasileira;

III - democratização das ações e bens culturais;

IV - fortalecimento de experiências culturais desenvolvidas por agentes e movimentos socioculturais que dialoguem com a comunidade local;

V - reconhecimento dos saberes, dos fazeres, dos cultivos e dos modos de vida das populações indígenas e das comunidades rurais, tradicionais, quilombolas e itinerantes;

VI - valorização da infância, adolescência e juventude por meio da cultura;

VII - incorporação dos jovens ao mundo do trabalho cultural;

VIII - inclusão cultural da população idosa por meio da promoção do acesso desse grupo às manifestações de cultura, da oferta de oportunidades para a sua participação ativa nas diversas formas de manifestação artística e do estímulo ao convívio social em ambientes culturais;

IX - capacitação e formação continuada dos trabalhadores da cultura;

X - promoção de programas de capacitação e qualificação do acesso às tecnologias da informação para a produção e difusão culturais;

XI - fomento à criação de estruturas locais e assessorias técnicas para capacitação, planejamento e gestão dos pontos de cultura.

§ 1º O reconhecimento dos grupos, coletivos e núcleos sociais comunitários como pontos de cultura para efeitos desta Lei será efetuado após seleção pública, prévia e amplamente divulgada, executada por meio de edital da União, de Estado, de Município ou do Distrito Federal.

§ 2º Para realizar a avaliação e a seleção dos inscritos nos editais, será composta comissão julgadora paritária com membros do Poder Executivo e da sociedade civil, a ser designada pelo órgão competente do Ministério da Cultura, no caso da União.

§ 3º Os pontos e pontões de cultura selecionados terão projetos aprovados por, no mínimo, 12 (doze) meses e, no máximo, 3 (três) anos, renováveis mediante avaliação pelo órgão gestor das metas e resultados, e as normas concernentes à prestação de contas que serão definidas em regulamento pelo órgão executor da Política Nacional de Cultura Viva e que terão relação com o plano de trabalho de cada entidade.

§ 4º É vedada a habilitação como pontos e pontões de cultura de pessoas físicas, instituições com fins lucrativos, fundações e institutos criados ou mantidos por empresas, grupos de empresas ou serviços sociais, exceto para a hipótese prevista no § 2º do art. 4º.

Art. 8º A Política Nacional de Cultura Viva é de responsabilidade do Ministério da Cultura, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura.

§ 1º Nos casos de inexistência dos fundos de cultura estaduais e municipais, o repasse será efetivado por estrutura definida pelo órgão gestor de cultura em cada esfera de governo.

§ 2º O Ministério da Cultura disporá sobre os critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos, com atenção especial aos custos diferenciados das regiões do País, e os procedimentos operacionais para elaboração e

divulgação das prestações de contas, que serão simplificadas e essencialmente fundamentadas nos resultados previstos nos editais.

§ 3º Poderão ser beneficiadas entidades integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, nos termos dos planos de trabalho por elas apresentados, que se enquadrem nos critérios gerais de distribuição e destinação dos recursos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 9º A União, por meio do Ministério da Cultura e dos entes federados parceiros, é autorizada a transferir de forma direta os recursos às entidades culturais integrantes do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, com a finalidade de prestar apoio financeiro à execução das ações da Política Nacional de Cultura Viva.

§ 1º A transferência dos recursos de que trata o caput ficará condicionada ao cumprimento de Termo de Compromisso Cultural, que deverá conter a identificação e a delimitação das ações a serem financiadas, as metas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e término da execução das ações ou das fases programadas.

§ 2º No caso da transferência de recursos de que trata o caput, os recursos financeiros serão liberados mediante depósito em contas correntes específicas abertas e mantidas exclusivamente para este fim.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização de competência dos órgãos de controle interno e externo, o Ministério da Cultura regulamentará as regras de cumprimento do Termo de Compromisso Cultural de que trata este artigo e de prestação de contas simplificada conforme estabelecido no § 2º do art. 8º desta Lei.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



É a seguinte a composição da Comissão mista:

**Veto Parcial nº 20, de 2014 (PLC 90/2013)**

**Senadores**

Ana Amélia (Bloco Maioria – PP/RS)

Inácio Arruda (Bloco Apoio ao Gov. – PCdoB/CE) – relator do projeto no Senado Federal

Cássio Cunha Lima (Bloco Minoria – PSDB/PB)

Antônio Carlos Rodrigues (Bloco União e Força – PR/SP)

Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) – relator do projeto no Senado Federal

**O SR. PRESIDENTE** (Kaká Andrade. Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 129, de 2014**, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, solicitando alteração dos prazos de tramitação dos Projetos de Lei nºs 10 e 11, de 2014-CN.

O ofício será publicado no *Diário do Senado Federal* e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o ofício:

Of. Pres. nº 129/2014/CMO

Brasília, 30 de julho de 2014

**Assunto:** alteração do cronograma de tramitação dos Projetos de Lei nºs 10 e 11/2014-CN (em decorrência de emendas individuais, conforme art. 52, § 2º, inciso II, da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014).

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a alteração do prazo de apresentação de emendas dos Projetos de Lei nºs 10 e 11/2014-CN, de 4 de agosto para o dia 7 de agosto de 2014, conforme cronograma anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Devanir Ribeiro**, Presidente.

Calendário alterado dos PLnºs 10 e 11, de 2014:

Leitura: 22/7/2014

Até 27/7	prazo para publicação e distribuição de avulsos;
Até 7/8	prazo para apresentação de emendas;
Até 9/8	prazo para publicação e distribuição de avulsos das emendas apresentadas; e
Até 24/8	prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Kaká Andrade. Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Encerrou-se, no dia de hoje, 29 de julho, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2014** (nº 6.013/2013, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Combate à Violência contra a Mulher, que altera o art. 1º da Lei nº 10.714, de 13 de agosto de 2003, que autoriza o Poder Executivo a disponibilizar, em âmbito nacional, número telefônico destinado a atender a denúncias de violência contra a mulher.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

O Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2014, será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Kaká Andrade. Bloco Apoio Governo/PDT – SE) – Não havendo mais nenhum expediente e não havendo mais oradores, declaramos encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 31 minutos.)















































**8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA  
ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL**

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 20/06/2014

**MEMBROS**

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

**Notas:**

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.















































































































































































## COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

### 1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 17/09/2013

**Notas:**

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 17.09.2013.

#### SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)**

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br





**6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ***(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) <sup>(5)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup>**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Pedro Simon (RS)

**PT**

Angela Portela (RR)

**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

**PTB**

VAGO

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**João Durval (BA) <sup>(2)</sup>**PSB**

Lídice da Mata (BA)

**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE)

**PR**

VAGO

**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

**PCdoB**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**VAGO <sup>(3)</sup>**PSC**

---

Eduardo Amorim (SE) <sup>(6)</sup>

---

**PSOL**

---

Randolfe Rodrigues (AP)

---

**Atualização:** 25/07/2014**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Designado para ocupar a vaga do PDT, conforme Of.GLPDPT n° 005/2014, datado de 18.02.2014, lido na sessão do Senado Federal de 21.02.2014.
3. Em 17.03.2014, vago em virtude de o Senador Eduardo Lopes não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Marcelo Crivella (D.O.U. n° 51, Seção 2, de 17 de março de 2014).
5. A Senadora Angela Portela foi reconduzida ao cargo de Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves foi eleita Vice-Presidente na 1ª reunião do Conselho, realizada em 07.05.2014.
6. Em 22.07.2014, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, conforme Requerimentos n°s 712 e 713, de 2014, deferidos nessa data.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

**PT**

Delcídio do Amaral (MS)

**PSDB**

Cyro Miranda (GO)

**PTB**Douglas Cintra (PE) <sup>(6,7,9)</sup>**PP**Ivo Cassol (RO) <sup>(4,5)</sup>**PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(2)</sup>**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

José Agripino (RN)

**PR**

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**VAGO <sup>(3)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(8)</sup>**PSOL**



**8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA***(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) <sup>(14)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) <sup>(14)</sup>**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**5ª Designação:** 20/05/2014**MEMBROS****PMDB**Ivonete Dantas (RN) <sup>(1)</sup>**PT**Ana Rita (ES) <sup>(2)</sup>**PSDB**Cícero Lucena (PB) <sup>(3)</sup>**PTB**Gim (DF) <sup>(4)</sup>**PP**Ana Amélia (RS) <sup>(5)</sup>**PDT**Cristovam Buarque (DF) <sup>(6)</sup>**PSB**João Capiberibe (AP) <sup>(7)</sup>**DEM**Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(13)</sup>**PR****PSD**Sérgio Petecão (AC) <sup>(8)</sup>**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(9)</sup>**PV****PRB**Marcelo Crivella (RJ) <sup>(10)</sup>**PSC**



**9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)*

**Número de membros:** 17 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Davim (PV-RN) <sup>(5)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(6)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**MEMBROS****PMDB**

Casildo Maldaner (SC)

**PT**

Anibal Diniz (AC)

**PSDB**

VAGO

**PTB**

VAGO

**PP**

Ciro Nogueira (PI)

**PDT**

Cristovam Buarque (DF) <sup>(2)</sup>

**PSB**

João Capiberibe (AP) <sup>(4)</sup>

**DEM**

Maria do Carmo Alves (SE)

**PR**

VAGO <sup>(7,8)</sup>

**PSD**

Sérgio Petecão (AC)

**PCdoB**

VAGO <sup>(1)</sup>

**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**

VAGO <sup>(3)</sup>

**PSC**

Eduardo Amorim (SE) <sup>(9)</sup>



**10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

**PT**

Jorge Viana (AC)

**PSDB****PTB**

João Vicente Claudino (PI)

**PP**Ivo Cassol (RO) <sup>(6,7)</sup>**PDT****PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

**DEM**

Wilder Moraes (GO)

**PR**VAGO <sup>(5,8,9)</sup>**PSD**

Kátia Abreu (PMDB-TO)

**PCdoB**Vanessa Grazziotin (AM) <sup>(1)</sup>**PV**

Paulo Davim (RN)

**PRB**VAGO <sup>(4)</sup>**PSC**

Eduardo Amorim (SE)

**PSOL**

Randolfe Rodrigues (AP)





**11) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Luiz Henrique (SC) <sup>(10)</sup>
<b>PT</b>
Paulo Paim (RS) <sup>(11)</sup>
<b>PSDB</b>
Lúcia Vânia (GO) <sup>(8)</sup>
<b>PTB</b>
<b>PP</b>
Ana Amélia (RS) <sup>(6)</sup>
<b>PDT</b>
João Durval (BA) <sup>(7)</sup>
<b>PSB</b>
Lídice da Mata (BA) <sup>(12)</sup>
<b>DEM</b>
Maria do Carmo Alves (SE) <sup>(5)</sup>
<b>PR</b>
<b>PSD</b>
Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(3)</sup>
<b>PCdoB</b>
Inácio Arruda (CE) <sup>(1)</sup>
<b>PV</b>
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(2,13)</sup>
<b>PSC</b>
Eduardo Amorim (SE) <sup>(9,14)</sup>
<b>PSOL</b>
Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(4)</sup>

**Atualização:** 22/07/2014



**12) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(14)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(14)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013**MEMBROS****PMDB**Ricardo Ferraço (ES) <sup>(8)</sup>**PT**Paulo Paim (RS) <sup>(9)</sup>**PSDB**Aloysio Nunes Ferreira (SP) <sup>(15)</sup>**PTB****PP****PDT**Acir Gurgacz (RO) <sup>(1)</sup>**PSB**Lídice da Mata (BA) <sup>(2)</sup>**DEM****PR**VAGO <sup>(12,16,17)</sup>**PSD**Sérgio Petecão (AC) <sup>(3)</sup>**PCdoB**Inácio Arruda (CE) <sup>(4)</sup>**PV**Paulo Davim (RN) <sup>(11)</sup>**PRB**VAGO <sup>(13,5)</sup>**PSC**Eduardo Amorim (SE) <sup>(18,6)</sup>**PSOL**Randolfe Rodrigues (AP) <sup>(7)</sup>**SD**













**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Izalci (PSDB/DF)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PCdoB</b>	Vanessa Grazziotin (PDdoB/AM)
<b>PMDB</b>	João Alberto Souza (PMDB/MA)
<b>SD</b>	Vicentinho Alves (SD/TO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSD</b>	Urzenir Rocha (PSD/RR)
<b>PSC</b>	Silvio Costa (PSC/PE)
<b>PSDB</b>	Nilson Leitão (PSDB/MT)
<b>PSOL</b>	Ivan Valente (PSOL/SP)
<b>PSDB</b>	Izalci (PSDB/DF)
<b>PROS</b>	Givaldo Carimbão (PROS/AL)
<b>PMDB</b>	João Magalhães (PMDB/MG)
<b>DEM</b>	Felipe Maia (DEN/RN)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR****COMPOSIÇÃO****Coordenador:** Deputado Pedro Uczai (PT/SC)**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
<b>PTB</b>	Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)
<b>PSDB</b>	Cyro Miranda (PSDB/GO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Pedro Uczai (PT/SC)
<b>PMDB</b>	Sandro Mabel (PMDB/GO)
<b>PSB</b>	Alexandre Roso (PSB/RS)
<b>PSD</b>	Roberto Dornier (PSD/MT)
<b>PP</b>	Betinho Rosado (PP/RN)
<b>PRB</b>	Cleber Verde (PRB/MA)
<b>PPS</b>	João Magalhães (PMDB/MG)
<b>PDT</b>	Marcos Rogério (PDT/RO)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Senador Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PT</b>	Gleisi Hoffmann (PT/PR)
<b>PP</b>	Ana Amélia (PP/RS)
<b>PMDB</b>	Valdir Raupp (PMDB/RO)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
<b>PR</b>	Luciano Castro (PR/RR)
<b>PSD</b>	Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PP</b>	Lázaro Botelho (PP/TO)
<b>PCdoB</b>	Daniel Almeida (PCdoB/BA)
<b>PT</b>	Assis Carvalho (PT/PI)
<b>PT</b>	Luiz Alberto (PT/BA)
<b>SD</b>	Benjamin Maranhão (SD/PB)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO****IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE****COMPOSIÇÃO**

**Coordenador:** Deputado Gastão Vieira (PMDB/MA)

**Senado Federal**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PSB</b>	João Capiberibe (PSB/AP)
<b>PSDB</b>	Flexa Ribeiro (PSDB/PA)
<b>PR</b>	Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP)

**Câmara dos Deputados**

<b>Bloco / Partido</b>	<b>Membros</b>
<b>PMDB</b>	Gastão Vieira (PMDB/MA)
<b>PR</b>	João Maia (PR/RN)
<b>PSD</b>	Eliene Lima (PSD/MT)
<b>PTB</b>	Arnon Bezerra (PTB/CE)
<b>PSB</b>	Paulo Foletto (PSB/ES)
<b>PP</b>	Sandes Júnior (PP/GO)
<b>PT</b>	Ronaldo Zulke (PT/RS)
<b>PSDB</b>	Cesar Colnago (PSDB/ES)















**COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM**

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

**Número de membros:** 12 Senadores e 31 Deputados <sup>1</sup>**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)</b>	
Kátia Abreu (PMDB/TO) <sup>5</sup>	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB/PE) <sup>5</sup>
Ana Amélia (PP/RS) <sup>5</sup>	2. Sérgio Petecão (PSD/AC) <sup>5</sup>
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) <sup>5</sup>	3.
Paulo Davim (PV/RN) <sup>5</sup>	4.
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)</b>	
Ana Rita (PT/ES) <sup>4</sup>	1. Cristovam Buarque (PDT/DF) <sup>4</sup>
Angela Portela (PT/RR) <sup>4</sup>	2. João Capiberibe (PSB/AP) <sup>4</sup>
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) <sup>4</sup>	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) <sup>4</sup>
<b>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)</b>	
	1. Lúcia Vânia <sup>3</sup>
	2.
<b>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)</b>	
Eduardo Amorim (PSC/SE) <sup>6 e 7</sup>	1. Gim (PTB/DF) <sup>6</sup>
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR) <sup>6</sup>	2.
<b>PROS <sup>2</sup></b>	
	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

3- Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em 25-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 14 de 2014, da Liderança do PSDB no Senado Federal.

4- Designadas as Senadoras Ana Rita, Angela Portela e Vanessa Grazziotin, como membros titulares; e os Senadores Cristovam Buarque, João Capiberibe e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, em 26-2-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 21 de 2014, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

5- Designadas as Senadoras Kátia Abreu e Ana Amélia e os Senadores Ricardo Ferraço e Paulo Davim, como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Sérgio Petecão, como membros suplentes, em 12-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

6- Designados como membros titulares, os Senadores Eduardo Amorim e Mozarildo Cavalcanti e, como membro suplente, o Senador Gim, em 18-3-2014 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 38 de 2014, da Liderança do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado Federal.

7- Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 22/07/2014, conforme Requerimentos nºs 712 e 713, de 2014, deferidos em 22/07/2014.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**COMISSÃO MISTA DE ASSUNTOS RELACIONADOS À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CMCLP**

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Número de membros:** 4 Senadores e 6 Deputados <sup>1</sup>**COMPOSIÇÃO****Presidente:****Vice-Presidente:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)	
	1.
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PCdoB/PSOL)	
	1.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) <sup>2</sup>	
	1.

**Notas:**

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

**Câmara dos Deputados**

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

**PRESIDÊNCIA DO PARLAMENTO**

(para efeito de participação brasileira na AP-CPLP - parágrafo único do art. 5º da Resolução nº 2, de 2014-CN)

**Presidente: Senador Renan Calheiros**

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**Vice-Presidente: Deputado Arlindo Chinaglia**

Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional



**Câmara dos Deputados**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
	1.
	2.
<b>PMDB</b>	
Leandro Vilela (PMDB/GO) <sup>1</sup>	1. Geraldo Resende (PMDB/MS) <sup>1</sup>
Luiz Pitiman (PSDB/DF) <sup>1</sup>	2. Sandro Mabel (PMDB/GO) <sup>1</sup>
<b>PSDB</b>	
	1.
<b>PP</b>	
Roberto Britto (PP/BA) <sup>1</sup>	1. Toninho Pinheiro (PP/MG) <sup>1</sup>
<b>DEM</b>	
Augusto Coutinho (SD/PE) <sup>1</sup>	1. João Bittar (DEM/MG) <sup>1</sup>
<b>PR</b>	
	1.
<b>PSB</b>	
	1.
<b>PDT</b>	
	1.
<b>Bloco Parlamentar (PV / PPS)</b>	
Augusto Carvalho (SD/DF) <sup>1</sup>	1.
<b>PTB</b>	
	1.

**Notas:**

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

**Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito - COCETI**

**Diretor:** Dirceu Vieira Machado Filho  
**Telefone:** (61) 3303-3490 / 3303-3514  
**E-mail:** sscepi@senado.gov.br















**Câmara dos Deputados<sup>1</sup>**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
<b>PT</b>	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Carlos Zarattini (PT/SP)
Renato Simões (PT/SP)	2. Paulo Teixeira (PT/SP)
<b>PMDB</b>	
Alexandre Santos (PMDB/RJ)	1. Fábio Trad (PMDB/MS)
José Priante (PMDB/PA)	2. Manoel Junior (PMDB/PB)
<b>PSD</b>	
Eduardo Sciarra (PSD/PR)	1. Marcos Montes (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Moreira Mendes (PSD/RO)
<b>PSDB</b>	
Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP)	1. Bruno Araújo (PSDB/PE)
<b>PP</b>	
Luiz Fernando Faria (PP/MG)	1. Marcio Junqueira (PROS/RR)
<b>PR</b>	
Bilac Pinto (PR/MG)	1. Jânio Natal (PRP/BA)
<b>PSB</b>	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Keiko Ota (PSB/SP)
<b>DEM</b>	
Alexandre Leite (DEM/SP)	1.
<b>SD</b>	
Wladimir Costa (SD/PA)	1. Manato (SD/ES)
<b>PTB</b>	
Eros Biondini (PTB/MG)	1. Sabino Castelo Branco (PTB/AM)
<b>PCdoB</b>	
Delegado Protógenes (PCdoB/SP)	1. Gustavo Petta (PCdoB/SP)

**Notas:**

- 1- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.  
 2- Será acrescida mais uma vaga, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.











**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****V. COMISSÃO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA**

**Coordenador:** Gilberto Carlos Leifert.

1. Walter Vieira Ceneviva (Representante das empresas de rádio)
2. Daniel Pimentel Slaviero (Representante das empresas de rádio)
3. Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
4. Márcio Novaes (Representante das empresas de televisão)
5. Alexandre Kruehl Jobim (Representante das empresas de imprensa escrita)
6. Lourival Santos (Representante das empresas de imprensa escrita)
7. Roberto Franco (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
8. Liliana Nakonechnyj (Engenheira com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
9. José Catarino do Nascimento (Representante da categoria profissional dos radialistas)
10. Jorge Coutinho (Representante da categoria profissional dos artistas)
11. Miguel Angelo Cançado (Representante da sociedade civil)
12. Ronaldo Lemos (Representante da sociedade civil)
13. João Monteiro Filho (Representante da sociedade civil)
14. Fernando Cesar Mesquita (Representante da sociedade civil)
15. Maria José Braga (Representante da sociedade civil)
16. Pedro Rogério Couto Moreira (Representante da sociedade civil)

**REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

Resolução nº 1/2011-CN

**COMPOSIÇÃO** <sup>1</sup>**37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)****Presidente:** Deputado Newton Lima <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Senador Paulo Bauer <sup>2</sup>**Vice-Presidente:** Deputado Renato Molling <sup>2</sup>

Designação: 07.05.2013

**DEPUTADOS**

TITULARES	SUPLENTE
<b>PT</b>	
BENEDITA DA SILVA	BOHN GASS
DR. ROSINHA	JANETE PIETÁ <sup>13</sup>
IARA BERNARDI <sup>14</sup>	MÁRCIO MACÊDO
NEWTON LIMA	TAUMATURGO LIMA
<b>PMDB</b>	
ANDRÉ ZACHAROW	LELO COIMBRA
ÍRIS DE ARAÚJO	OSMAR SERRAGLIO
MARÇAL FILHO	RONALDO BENEDET
RAUL HENRY	VALDIR COLATTO
<b>PSDB</b>	
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	CARLOS SAMPAIO <sup>3,10</sup>
Vago <sup>12</sup>	
Vago <sup>4</sup>	
<b>PSD</b>	
GERALDO THADEU	ÁTILA LINS
HUGO NAPOLEÃO	DR. LUIZ FERNANDO
RAUL LIMA	ELEUSES PAIVA
<b>PP</b>	
DILCEU SPERAFICO	LUIS CARLOS HEINZE
RENATO MOLLING	RENATO ANDRADE
<b>PR</b>	
WELLINGTON FAGUNDES	HENRIQUE OLIVEIRA
<b>PSB</b>	
JOSÉ STÉDILE	BETO ALBUQUERQUE
PAULO FOLETTO <sup>5</sup>	LEOPOLDO MEYER
<b>DEM</b>	
JÚLIO CAMPOS	
<b>PDT</b>	
VIEIRA DA CUNHA	SEBASTIÃO BALA ROCHA
<b>PTB</b>	
PAES LANDIN	JORGE CORTE REAL
<b>BLOCO PV, PPS</b>	
ROBERTO FREIRE	Vago <sup>15</sup>
<b>PSC</b>	
NELSON PADOVANI	TAKAYAMA
<b>PC DO B</b>	
JOÃO ANANIAS	CHICO LOPES
<b>PRB</b>	
GEORGE HILTON	VITOR PAULO
<b>PtdoB</b>	
LUIS TIBÉ	



**MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL**

**Presidente:** Deputado Ruben Martinez Huelmo (Uruguai)  
**Vice-Presidente:** Senadora Beatriz Rojkes de Alperovich (Argentina)  
**Vice-Presidente:** Senador Roberto Requião (Brasil)  
**Vice-Presidente:** Senador Tomás Enrique Bittar Navaro (Paraguai)

Designação: 02.12.2013

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil  
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880  
e-mail: [cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)  
[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

Edição de hoje: 176 páginas  
(O.S. 13370/2014)

Secretaria de Editoração  
e Publicações – SEGRAF

SENADO  
FEDERAL

